



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

PARECER JURÍDICO OPINATIVO

N.º 017/2024

Objeto: Parecer Jurídico do Projeto de Lei do Executivo n.º 15, de 18 de março de 2024

Autoria: Poder Executivo Municipal

Ementa: *"Altera dispositivo da Lei Municipal n.º 465, de 23 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a utilização dos prédios das Escolas Desativadas e dá outras providências."*

I - RELATÓRIO

Foi recebido por esta assessoria o Projeto de Lei (PL) de autoria do Poder Executivo, nos termos do art. 136, parágrafo único, do Regimento Interno nº 03/2021 a pedido da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, e conforme disposto na Resolução 002/2013, para emissão de orientação técnica jurídica.

Segundo justificativa do Poder Executivo, o Projeto de Lei em análise visa a alteração do art. 3º da Lei Municipal nº 465/2005 que dispõe sobre a utilização dos prédios públicos das escolas desativadas. O art. 3º prevê, atualmente, o prazo de vigência dos Termos Administrativos de no máximo 1 (um) ano, permitindo prorrogação por mais 1 (um) ano. Sugerem a alteração do prazo de vigência da Lei a fim de estender o prazo de utilização para 05 (cinco) anos, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse público.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Constata-se, preliminarmente, sob o prisma da competência dos entes federados, que a proposição encontra respaldo na autonomia política do Município, insculpida



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

no artigo 18 da Constituição Federal¹, e na competência para legislar sobre assuntos de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição Federal².

Os bens atribuídos ao Município compõem o patrimônio público municipal, sendo que a regulamentação de seu uso, destinação adequada e excepcional alienação incumbe à Administração local.

Segundo Hely Lopes Meirelles, *“O Município administra seus bens segundo as regras de direito público e as normas administrativas que editar, aplicando-lhes supletivamente os preceitos de direito privado”* (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 313). Pois bem. Segundo informa a justificativa anexa ao presente Projeto de Lei tem a finalidade “alteração do prazo de vigência da Lei a fim de estender o prazo de utilização para 05 (cinco) anos, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos”.

Meirelles³ ressalta que a utilização de bem público por particulares deverá atender o interesse da coletividade que irá fruir de certas vantagens da permissão ou autorização de uso:

“Qualquer bem municipal admite permissão de uso especial a particular, desde que a utilização seja também de interesse da coletividade que irá fruir de certas vantagens desse uso, que se assemelha a serviço de utilidade pública, tal como ocorre com as bancas de jornal em praças, os vestiários em praias e outras instalações particulares convenientes em logradouros públicos.”.

Assim, é imperioso consignar que a validade da medida prevista na propositura dependerá da demonstração no sentido de que o uso de espaço público visará atender o interesse da coletividade.

A permissão de uso é o ato administrativo pelo qual a Administração Pública Municipal autoriza terceiros a utilizar um bem imóvel público, em regra por prazo indeterminado, a título precário, com a finalidade de realizar atividades de utilidade coletiva que atendam aos interesses tanto públicos quanto particulares. Essa permissão pode ser

¹ Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

² Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local;

³ Direito Municipal Brasileiro, Malheiros Editores, 18ª edição, 2017, pág. 332



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

classificada como onerosa, quando envolve uma contrapartida financeira pela utilização do espaço, ou não onerosa, quando a cobrança de contrapartida pode ser excepcionada, uma vez que atende ao interesse público coletivo.

Hely Lopes Meirelles ensina que a permissão de uso se trata de ato negocial, unilateral e precário, segundo o qual a Administração poderá facultar ao particular a utilização do bem público, de forma gratuita ou remunerada, por prazo certo ou indeterminado, conforme estabelecido no termo que poderá ser modificado ou revogado quando o interesse público exigir.⁴

In casu, nota-se que a justificativa que acompanha o projeto indica que a medida visa atender interesse público consistente na ampliação do prazo de permissão de uso para 05 (cinco) anos, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos.

Sobre a iniciativa para dispor sobre a matéria “uso de espaço público” é pacífico na doutrina que, por tratar-se assunto atinente à administração dos bens municipais, a competência seria privativa do Chefe do Poder Executivo.

Sobre o assunto, a lição de Hely Lopes Meirelles:

“Cabe ao prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência do presidente da Câmara quanto aos utilizados nos serviços da Edilidade, mas, mesmo no que toca a estes bens, somente os atos de uso e conservação é que competem ao presidente, visto que os de alienação e aquisição devem ser realizados pelo Executivo, como representante do Município”⁵

Por derradeiro, a iniciativa para dispor sobre o assunto, consoante previsão é privativa do Chefe do Poder Executivo.

Com base nessas considerações, não se vislumbra qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade no projeto de lei ora analisado.

III - CONCLUSÃO

⁴ Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 38ª edição, 2011, pág.584

⁵ Op.Cit. p. 250



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL**

Diante do exposto, respeitada a natureza **opinativa** do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, esta Assessoria Jurídica **opina** pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 15/2024.


Outrossim, importante consignar que a presente manifestação tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação e dos princípios doutrinários, analisando os questionamentos apresentados exclusivamente sob o aspecto jurídico e legal.

Desse modo, a função consultiva desempenhada por esta Assessoria Jurídica **não é vinculante**, motivo pelo qual é possível, se for o caso, que os agentes políticos formem suas próprias convicções em discordância com as opiniões manifestadas por meio do parecer jurídico.

É o parecer.

À Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para apreciação do presente.

Boa Vista do Sul (RS), 01 de abril de 2024.


Aline Z. Furlanetto Salvi
Assessora Jurídica
OAB/RS 107.597